

# Antigas SCUT sem cobrança de portagens a partir de hoje

written by O Cidadão | 1 de Janeiro, 2025



As portagens são hoje abolidas na **A4 – Transmontana** e **Túnel do Marão**, **A13 e A13-1 – Pinhal Interior**, **A22 – Algarve**, **A23 – Beira Interior**, **A24 – Interior Norte**, **A25 – Beiras Litoral e Alta** e **A28 – Minho**, esta última apenas nos troços entre Esposende e Antas e entre Neiva e Darque.

A proposta que **“elimina as taxas de portagem nos lanços e sublanços das autoestradas do interior e em vias onde não existam alternativas que permitam um uso com qualidade e segurança”** foi apresentada pelo PS e aprovada com os votos favoráveis do PS, Chega, BE, PCP, Livre e PAN, com a abstenção da IL e os votos contra do PSD e CDS-PP. A lei foi promulgada pelo Presidente da República em julho de 2024.

De acordo com os socialistas, a medida tem um impacto orçamental de 157 milhões de euros.

A aprovação do diploma foi controversa, com os partidos que suportam o Governo a acusarem os socialistas de **“hipocrisia”** e de **“incoerência”**, uma vez que, em fevereiro de 2023, o

parlamento, na altura de maioria socialista, chumbou, com votos contra do PS, diplomas do PSD, Chega e PCP para reduzir ou eliminar o pagamento de portagens nas antigas SCUT.

Na ocasião, o líder parlamentar do PS, Eurico Brilhante Dias, lembrou que o valor das portagens nas autoestradas tem vindo a diminuir na vigência dos Governos socialistas, acusando os sociais-democratas de **“oportunismo político”**.

A Plataforma P'la Reposição das Scut na A23 e A25, que tem desenvolvido ações persistentes pela eliminação das portagens nestas vias, considerou que o fim das portagens **“faz justiça à população e às empresas do interior do país”**.

Opinião contrária têm entidades como a Associação Portuguesa das Sociedades Concessionárias de Autoestradas ou Pontes com Portagens (APCAP), a Associação Portuguesa de Contribuintes (APC) e Associação Portuguesa de Empresas Ferroviárias (APEF), que criticaram o fim das portagens nestas vias.

A APCAP e a APC salientaram que o fim destas portagens irá transferir os custos de construção e manutenção das infraestruturas dos utilizadores para os contribuintes em geral, enquanto a APEF considerou que a decisão penaliza a ferrovia, pelo que exigiu medidas equitativas.

As vias com portagens Sem Custo para o Utilizador foram introduzidas em Portugal em **1997**, quando era primeiro-ministro António Guterres. Na altura, os custos eram totalmente suportados pelo Estado.

Sob muita controvérsia, o modelo de financiamento destas vias mudou a partir de 2010, altura em que os custos das ex-SCUT passaram a ser pagos pelos utilizadores.